CONJUNTURA

Juro do cartão vai a 409,3%

Taxa é a mais elevada desde o início da série estatística, em 2012, e reflete aperto da política monetária do Banco Central

» MICHELLE PORTELA

As taxas de juros cobradas pelos bancos nas operações com empresas e pessoas físicas atingiram patamares recordes no ano passado. No cartão de crédito, uma das modalidades mais utilizadas pelos consumidores, a taxa de juros do crédito rotativo chegou a 409,3% ao ano no fim de 2022 — o nível mais elevado da série estatística do Banco Central (BC), que começou em 2012. No ano, o salto dos juros foi de 61,9 pontos percentuais, uma vez que, em dezembro de 2021, a taxa média do rotativo era de 347,4%.

O aumento dos encargos do cartão pressionou ainda mais o endividamento das famílias com operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que alcançou 49,5% da renda em dezembro passado. E produziu um aumento da inadimplência das pessoas físicas no cartão, que subiu 9 pontos porcentuais em 2022, chegando a 44,7% no fim do ano, considerada a maior taxa da série histórica do BC.

Devido ao alto custo, a utilização do cartão de crédito na modalidade rotativa é desaconselhada por especialistas. "Quando o cliente entra no cartão de crédito rotativo, ele já teve dificuldade de pagar toda a fatura na origem. Economicamente, é como se ele já estivesse inadimplente na partida. Por isso as taxas de inadimplência no cartão de crédito rotativo são muito elevadas, na faixa de 40% a 44%", disse o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, ao divulgar os números.

O crédito rotativo do cartão de crédito é acionado mensalmente por consumidores que não conseguiram pagar o valor total da fatura na data do vencimento. Por determinação do BC, quando o cliente não consegue reduzir a dívida no rotativo, os bancos devem, automaticamente, enquadrá-lo numa operação de crédito parcelado. Em dezembro, a taxa média dessas linhas estava em 182,4% ao ano.

Crédito livre

De acordo com os dados o BC, a taxa média de juros cobradas pelos bancos, considerando todas as modalidades no chamado crédito livre (que não é regulamentado por regras específicas, como financiamentos habitacionais e agrícolas), subiu 8,2 pontos percentuais no ano passado, chegando a 42% ao ano, em dezembro.

Segundo o BC, a taxa média nas operações com empresas subiu de 19,7% ao ano, em dezembro de 2021, para 23,1% ao ano no fim de 2022. Já nas operações com pessoas físicas, os juros passaram de 45% para 55,8% no ano, uma alta de 10,8 pontos percentuais.

A subida dos juros é resultado do aperto da política monetária conduzida pelo Banco Central com o intuito de segurar a inflação. Para alcançar esse objetivo o BC usa a taxa básica de juros, a Selic, que avançou 4,5 pontos percentuais, que começou o ano passado em 9,25% ao ano e chegou a 13,75% em agosto, quando foi aumentada pela última vez.

Cheque especial

A Selic influencia, de maneira direta ou indireta, todas as demais taxas do mercado. Com a elevação dos juros, fica mais caro, para o consumidor, realizar compras a prazo ou que exijam financiamento bancário. O resultado esperado é uma queda na demanda e, consequentemente, do preço das mercadorias e serviços.

No cheque especial, modalidade de crédito também muito utilizada por pessoas físicas, a média de juros passou de 127,9% ao ano, em dezembro de 2021, para 131,9% no fim de 2022.

Ainda segundo o Banco Central, em 2022, o crédito livre às famílias atingiu R$ 1,8 trilhão, o que significou crescimento de 17% no ano, após variação de 23% em 2021.

"Destaca-se a expansão das modalidades crédito pessoal não consignado; crédito consignado para servidores públicos, para aposentados e pensionistas do INSS; aquisição de veículos; e cartão de crédito", informa nota divulgada pelo BC.



Após oito anos no vermelho, governo tem superavit em 2022

Depois de oito anos com resultados negativos, o Governo Central — Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — fechou 2022 com superavit primário de R$ 54,08 bilhões. Os números foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional.

O resultado foi impulsionado pela arrecadação recorde, que subiu com o crescimento da economia e com receitas de royalties de petróleo, que se valorizaram com a guerra entre Rússia e Ucrânia, relata a Agência Brasil. Também contribuiu o adiamento de despesas, como o parcelamento de precatórios de grande valor que vigorou no ano passado e a baixa execução orçamentária de diversos programas do governo, além do congelamento dos salários dos servidores.

O superavit primário é a diferença entre as receitas e os gastos do governo, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública. Em valores nominais, esse é o melhor resultado para as contas públicas desde 2013, quando o governo central tinha registrado superavit de R$ 72,16 bilhões. De 2014 a 2021, as contas públicas registraram deficits anuais seguidos.

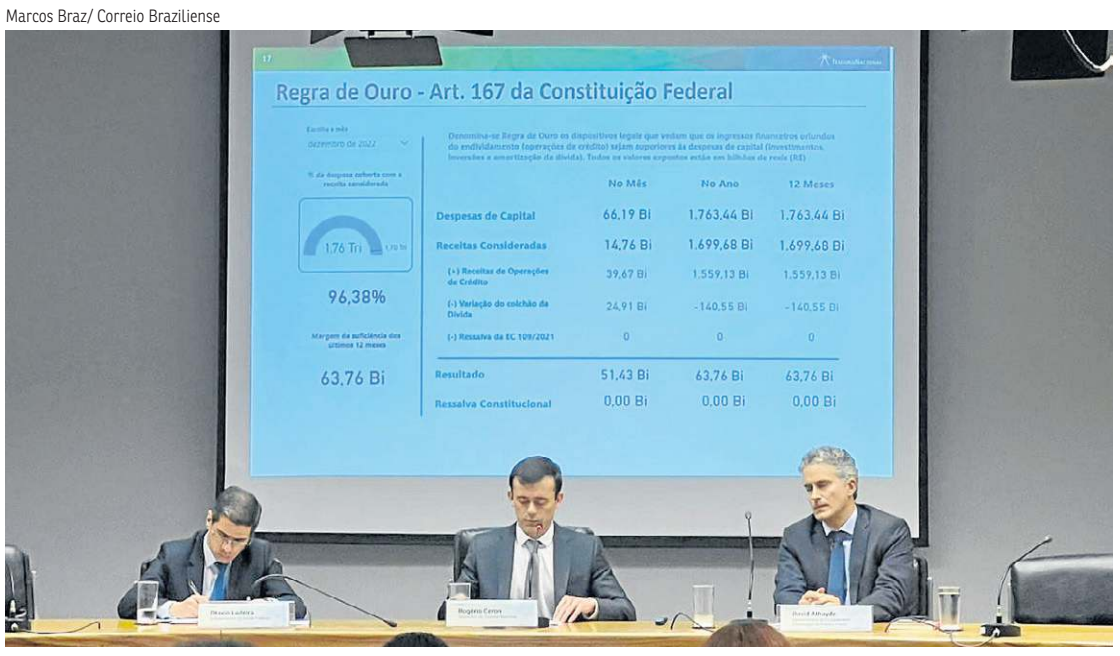
O resultado veio melhor que o esperado pela equipe econômica, de R$ 34,14 bilhões. O saldo só não foi maior por causa do acordo que extinguiu a dívida de cerca de R$ 24 bilhões da prefeitura de São Paulo com a União em troca do fim da ação judicial que questiona o controle do aeroporto de Campo de Marte, na capital paulista. Não fosse o acordo, o governo central teria obtido superavit de R$ 78 bilhões em 2022, segundo o Tesouro.

Reversão em 2023

Apesar dos bons números em 2022, o resultado deve mudar substancialmente em 2023, na avaliação de especialistas. Relatório da XP Investimentos observa que "o crescimento das receitas segue em trajetória de desaceleração com o arrefecimento da atividade econômica, enquanto as despesas devem aumentar significativamente devido às emendas constitucionais aprovadas recentemente que permitem um gasto adicional da ordem de R$ 200 bilhões". "Assim, esperamos um deficit de R$ 84,2 bilhões (0,8% do PIB) neste ano."

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse, durante a apresentação dos resultados, que o principal motivo para que o resultado de 2022 não se repita neste ano é o aumento das despesas com programas sociais, como o Auxílio Brasil, que voltará se chamar Bolsa Família. Para ele, é urgente a reestruturação do financiamento desse tipo de despesa.

Marcos Braz/ Correio Braziliense



O secretário do Tesouro, Rogério Ceron (ao centro), anuncia os números: deficit deve voltar em 2023

Apenas em dezembro, segundo o Tesouro, o governo registrou saldo positivo de R$ 4,427 bilhões. O resultado representa queda de 69,7% em relação a dezembro de 2021, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em 2022, as receitas cresceram mais que as despesas. As receitas líquidas aumentaram 17,5% em relação a 2021 em valores nominais. Descontada a inflação pelo IPCA, o crescimento atingiu 7,7%. No mesmo período, as despesas totais subiram 11,6% em valores nominais e 2,1% após descontar a inflação.

Em relação ao pagamento de impostos, houve crescimento de R$ 102,4 bilhões (+17,8%) no Imposto de Renda. Em grande parte, essa alta reflete os ganhos das empresas de energia e de petróleo, o que ajudou a compensar parcialmente as desonerações para a indústria (-R$ 18 bilhões) e para os combustíveis.

Petróleo ajudou

Com o encarecimento do petróleo no mercado internacional, as receitas com royalties tiveram crescimento real de R$ 30,4 bilhões (+29,1%) no ano passado. Atualmente, a cotação Internacional do barril está em torno de US$ 80, mas chegou a atingir cerca de US$ 130 nos primeiros meses da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Do lado das despesas, houve queda de R$ 82,2 bilhões com créditos extraordinários em 2022, principalmente os associados ao combate à pandemia de covid-19. No entanto, esse recuo foi compensado pelo aumento de R$ 61,7 bilhões de outros gastos, como os auxílios Brasil, Taxista e Caminhoneiro.

> **O crescimento das receitas segue em desaceleração enquanto as despesas devem aumentar significativamente. Assim, esperamos um deficit de R$ 84,2 bilhões neste ano"**
>
> ***Relatório da XP Investimentos***

CASO AMERICANAS

CVM também quer acesso a e-mails

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) solicitou ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que compartilhe as provas produzidas no processo em que o Bradesco obteve o direito às cópias de e-mails de atuais e ex-executivos e conselheiros da Americanas, que está em recuperação judicial. A autarquia que fiscaliza o mercado de capitais alega que instalou processos para investigar o caso, e que por isso, as provas podem lhe ser úteis.

Em documento assinado por Leonardo Montanholi dos Santos, subprocurador-chefe da PFE-CVM, a CVM informou à juíza Andréa Galharda Palma que estabeleceu uma força-tarefa com diferentes de seus órgãos para investigar os desdobramentos do caso. A autarquia destacou ainda que já instaurou oito processos referentes ao tema.

As investigações da CVM têm como alvo os fatos informados no fato relevante do dia 11 de janeiro, em que a Americanas informou "inconsistências contábeis" da ordem de R$ 20 bilhões, ligadas à contabilização, em linhas incorretas, de operações de risco sacado (tomada de recursos em bancos para pagar fornecedores).

A companhia acabou entrando em recuperação judicial, com dívidas de R$ 41,2 bilhões e tendo os bancos como os maiores credores. O Bradesco, que em termos nominais é o mais exposto à companhia, com R$ 4,8 bilhões a receber, entrou com ação no TJ-SP para produzir antecipadamente provas que possam apontar os responsáveis pelo que qualifica como fraude.

Na quinta-feira, o TJ tomou decisão favorável ao Bradesco, determinando a cópia de e-mails de ex e atuais executivos e conselheiros da Americanas ao longo da última década. A varejista entrou com recurso contra a decisão, e o Bradesco enviou uma resposta preliminar às alegações da companhia.

"Tudo isso demonstra que o tema tem sido abordado com toda a severidade necessária, mediante apuração dos fatos não apenas por parte do Grupo Americanas, que visa resguardar os interesses da empresa, seus acionistas e milhares de funcionários, mas, igualmente, por parte das autoridades competentes", argumenta o recurso, elaborado pelos escritórios Basílio Advogados e Salomão Advogados.

Reprodução



Acusada de fraude, empresa acumula dívida de R$ 41,2 bilhões